



MODERNIDADE E BARBÁRIE: NEGAÇÃO DO HUMANO E APROPRIAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Alyson Fernando Alves Ribeiro ¹

Resumo: O objetivo do presente texto, é analisar a invasão de terras indígenas (TI) da etnia Uru-Eu-Wau-Wau, no estado de Rondônia. Um reflexo da materialidade dos conflitos na terra, cuja amplitude na Amazônia brasileira manifesta sua terrível potência: a barbárie. O fio condutor é a interpretação teórica fundada na categoria da totalidade, núcleo do materialismo histórico-dialético. Como procedimento metodológico, o texto estrutura-se em uma entrevista com a liderança indígena Awapu Uru-Eu-Wau-Wau. Lideranças foram agredidas e ameaçadas de morte. O líder indígena denuncia e desnuda a aliança voto-grilagem. A Ti Uru-Eu-Wau-Wau na lógica perversa e violenta da acumulação primitiva, que transforma tudo a terra *buen viver*, em terra de negócio, está sendo invadidas por grileiros, que buscam estabelecer lotes, roubar madeira e ocupar ilegalmente o território indígena.

Palavras-chave: Invasão de terra, Uru-Eu-Wau-Wau, Barbárie, Acumulação Primitiva, Amazônia.

Resume: El propósito de este texto, analiza la invasión de tierras indígenas (TI) de la etnia Uru-Eu-Wau-Wau, en el estado de Rondônia. Un reflejo de la materialidad de los conflictos por la tierra, cuya amplitud en la Amazonía brasileña manifiesta su terrible poder: la barbarie. El cable conductor es la interpretación teórica fundada en la categoría de totalidad, núcleo del materialismo histórico-dialético. Como procedimiento metodológico, el texto se basa en una entrevista con el líder indígena Awapu Uru-Eu-Wau-Wau. Los líderes fueron atacados y amenazados de la muerte. Lo líder Uru-Eu-Wau-Wau denuncia y expone la alianza de acaparamiento de votos. A Ti Uru-Eu-Wau-Wau en la lógica perversa y violenta de la acumulación primitiva, que transforma todo en la tierra, em tierra de negocios, está siendo invadido por acaparadores de tierras, que buscan establecer lotes, robar madera y ocupar ilegalmente territorio indígena.

Palabras clave: Invasión de tierras, Uru-Eu-Wau-Wau, Barbarie, Acumulación primitiva, Amazonia.

¹ Estudante de Pós-Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), bolsista CNPq. Professor na Secretaria de Estado da Educação, do Espore e da Cultura de Sergipe (SEDUC - SE). alyson_pop17@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Tudo sinalizava para uma situação de fim. Fim da modernidade, fim do Estado, do trabalho, do proletário, fim da luta de classes. Mas, sobretudo, fim do projeto do sujeito da História. Uma eutanásia assistida.

Este cenário tem como pano de fundo a superação das metanarrativas, uma ruptura da forma de ler e explicar o mundo com referência na categoria da totalidade. O espaço geográfico deixa de ser concreto, relativo e desigual, para vir a ser absoluto, abstrato e plural (MOREIRA, 2012).

A Amazônia (espaço-tempo) nos oferece a possibilidade de uma análise crítica da produção do espaço, que desnuda um passado-presente vivo, fruto da relação dialética homem-natureza, uma (re)produção social histórica materializada em espaço(s) e território(s) pelas diferentes classes sociais.

O artigo justifica-se na medida em que evidencia a violência contida nas entranhas da acumulação primitiva do capital, tendo como recorte socioespacial a Amazônia, subjugada em fronteira de expansão do agrohidronegócio mundializado .

Este fundamento epistêmico, estrutura-se na argumentação da persistência do parâmetro filosófico da modernidade mediante uma materialidade geográfica na qual a (re)produção da terra-mercadoria na Amazônia Legal, pelo processo de acumulação primitiva, é a condição-meio-produto fundante da relação capital-espaço, em seu sentido violento, através da persistência das práticas predatórias e fraudulentas de acumulação “original”.

O objetivo do presente texto, é desvelar a invasão de terras indígenas (TI) da etnia Uru-Eu-Wau-Wau, no estado de Rondônia. Um reflexo da materialidade dos conflitos na terra, cuja amplitude na Amazônia brasileira manifesta sua terrível potência: a barbárie.

A TI dos Uru-Eu-Wau-Wau, está sendo invadidas por grileiros, que buscam estabelecer lotes, roubar madeira e ocupar ilegalmente o território indígena. Lideranças foram agredidas e ameaçadas de morte. Os indígenas convivem com a omissão do Estado de classe, a insegurança e o medo de permanecer na terra trabalho, a terra de *buen vivir*, condição natural e ininterrupta da (re)produção da vida social.

APORTE TEÓRICO



Para Benjamin (1975), o conceito de modernidade encerra um paradoxo: é uma época que se caracteriza pela consciência da temporalidade, isto é, do caráter efêmero e precário da vida e, ao mesmo tempo, pelo desejo do pleno e do eterno. Benjamin atribui à consciência da temporalidade ao modo de produção capitalista, à forma de trabalho industrial e à transformação dos objetos – e mesmo das pessoas – em mercadorias, “novidades sempre prestes a se transformarem em sucata”.

Marx; Engels (1945), em “O Manifesto do Partido Comunista”, elabora sua clássica fonte a extraordinária vitalidade da revolta das forças produtivas modernas contra as relações modernas de produção e contra o regime da propriedade privada dos meios de produção, que condicionam a existência da burguesia como classe hegemônica e sua dominação ao proletariado. É nesta obra que Marx enuncia uma crítica histórica à modernidade (historicamente auge do capitalismo, e seu apogeu) em sua primeira parte – Burgueses e Proletariados – “tudo o que era sólido se desmancha no ar”; a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes e nem fez, senão, substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes.

Neste panorama epistêmico filosófico, Carlos (2011) defende a tese de que o espaço, na modernidade, assume a função de mercadoria. A modernidade é o emergir da propriedade privada, tendo como mediador o Estado burguês e seu aparato jurídico e ideológico que transforma a terra (demanda da humanidade) em mercadoria (demanda do capital).

A presente análise da apropriação da Ti dos Uru-Eu-Wau-Wau, resultando em invasões, desmatamento e loteamento e grilagem de madeira, na Amazônia rondoniense, considera que a acumulação primitiva não desapareceu, sendo um traço forte da modernidade: uma polifonia e não um contraponto ao moderno. Um processo imanente da sociedade contemporânea, coexistindo nas entranhas da (re)produção sociometabólica do capital. A perspectiva teórica deste artigo debruçar-se sobre a (re)produção do espaço da Amazônia, coloca em dúvida a compreensão de que a reprodução ampliada do capital fez desaparecer a primeira fase que historicamente o originou.



Na contemporaneidade se desenvolvem processos capitalistas de acumulação primitiva e de reprodução do capital que coexistem historicamente e se completam de forma contraditória e dialética. Supreendentemente cresce a importância da acumulação primitiva que muitos supunham ser historicamente superada pelo avanço do capital (LENCIONE, 2012, p.5)

A lógica do “pecado original”, estruturante do movimento do capital, materializa-se sob o campo, como um rolo compressor, (re)produzindo conflitos 230 pela\na terra, desnudados em sua face cruel: a violência aos desgarrados da terra. Uma situação de barbárie, não tão visível como a do estado de guerra ou dos campos de concentração, porém eficiente na propagação do terror.

Portanto, nosso cerne é defender a tenacidade do parâmetro filosófico da modernidade, na contemporaneidade, ao desvendar a (re)produção do espaço agrário da Amazônia como momento histórico da reprodução do capital, assentada na acumulação primitiva, cuja lógica é transformar tudo em mercadoria, pela via de regra (não exceção) da violência manifestada em toda sua terrível potência pela “infâmia” da barbárie.

A violência, do ponto de vista teórico marxiano e engelsiano, é resultado do processo civilizatório. Para Marx (1975) , a civilização se inicia com a divisão social do trabalho, consolidada pela relação contraditória entre a cidade e o campo estruturada na produção mercantil cujo desenvolvimento ocasiona uma revolução em toda a sociedade anterior.

Sendo assim, a violência é uma produção social, uma prática maléfica e destruidora presente na modernidade e inseparável das necessidades de acumulação do capital. Para Karl Marx, desde o advento do capitalismo como modo de produção, a violência se manifestou em toda sua terrível potência pela “infâmia” da barbárie.

Segundo Michael Löwy (2000), em seu ensaio sobre “Barbárie e Modernidade no Século 20”, a condição inerente e contraditória da violência manifestada na barbárie no seio do modo capitalista de produção pode ser resgatada em vários momentos da obra marxiana.

Marx escreveu em 1847 esta passagem surpreendente e profética, que parece anunciar a Escola de Frankfurt: “A barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização” (LÖWY, 2000, p. 6).



A palavra bárbaro² tinha como um de seus princípios definir as nações não gregas consideradas como primitivas, incultas, além de atrasadas e brutais. A palavra barbárie na corrente teórico-filosófica marxiana/engelsiana assume um conceito complexo e reflete as numerosas contradições entranhadas na civilização ou na sua concepção de capitalismo. Desta forma, Marx; Engels (1975) concebem a barbárie como uma temporalidade histórica da força e da brutalidade ante aos níveis da luta de classes como do imperialismo, uma dimensão intrínseca do modo de produção capitalista, sendo ela, desse modo, um traço compositivo essencial do capitalismo

As explorações pelo capitalismo ocorreram frequentemente sob condições que eram bárbaras, ou que refletiam a natureza bárbara como traço histórico compositivo da civilização do capital. Desta maneira, ao invés de serem um contraponto ao moderno, para Marx; Engels (1945), a barbárie é determinação reflexiva da forma histórica de civilização do capital

A crítica à história associada ao processo ontológico linear positivo, mediante uma escala evolutiva de humanidade, é frontalmente negada pela persistência e recriação da barbárie no seio das relações de produção capitalista; “descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 11). Ou seja, a barbárie é produto do avanço da modernidade e da modernização no interior do capitalismo como modo de produção.

Assim, há uma crítica profunda dirigida ao estado de coisas do capitalismo avançado, sendo uma delas a barbárie em sua fase moderna, mesmo diante de tamanho grau de progresso técnico proporcionado pela tecnologia e pela razão esclarecedora. Desta forma, o progresso da civilização burguesa do capital perpetua no presente a barbárie pela concentração dos meios de produção e pela exploração social que “ameaça a cada passo transformar o progresso em seu oposto, o barbarismo completo” (HORKHEIMER, 2000, p. 136).

² A versão da distinção entre barbárie e civilização introduzida pelos gregos e romanos pode ser encontrada no trabalho do geógrafo grego Estrabão, sendo essa distinção evidente no livro III da Geografia, no qual argumenta que as descobertas, para além do domínio romano na península da Ibéria, revelaram o contraste entre civilizado e bárbaro margeado pelo confronto entre as identidades de “uns” e de “outros” face à realidade – nesse caso, a realidade europeia. Ver: BLÁZQUEZ, José Maria. Explotaciones mineras en Hispania durante la República y el Alto Imperio. Anuario Historia Económica y Social em España, v. 2, p. 9-68, 1961



Neste sentido, a extensão da barbárie do\pelo capital deve ser entendida como regressão do ser social no plano da humanidade para o qual deveria ter sido conduzido o processo civilizatório.

Esse é o lema predominante no capitalismo contemporâneo. Universalizado a partir da Europa ocidental, o capitalismo desqualificou a todas outras civilizações como “bárbaras”. Desde as suas origens como modo de produção social, a barbárie histórica tem caracterizado o capitalismo. Massacres, genocídios e múltiplas formas de degradação humana caracterizam a civilização do capital em seu desenvolvimento histórico como traço indelével da história das sociedades de classes, caracterizada pela divisão entre explorados e exploradores, oprimidos e opressores. A barbárie histórica dentro da civilização do capital é um traço ineliminável do desenvolvimento contraditório do capitalismo histórico (SADER, 2000, p. 79).

A barbárie presente na modernidade exige o abandono da ideologia do progresso linear, configurando-se a nova dimensão da barbárie histórica dentro do capitalismo. Tudo isso nos leva ao seguinte ponto: barbárie deve ser compreendida, no mundo moderno, como aquilo que está nas entranhas da acumulação primitiva do capital – a produção de valor pela subjugação de tudo o que é equivalente a mercadoria, principalmente a terra.

Na leitura de Rosa Luxemburgo (1988), é imprescindível a análise da barbárie como condição-produto desta acumulação original, cujo movimento do capital, via imperialismo, se estabelece tanto pelo processo de espoliação como de exploração, principalmente pelo controle e pelo domínio de terras de sociedades não capitalistas.

É uma ilusão esperar que o capitalismo se conforme com os meios de produção que consiga adquirir por meio do comércio de mercadorias. Já nesse ponto, o capital se depara com dificuldades, pois vastas zonas da superfície da terra já se encontram em posse de organizações sociais que não demonstram qualquer desejo pelo comércio de mercadorias ou não podem – em virtude de toda a estrutura social e das formas de propriedade – oferecer para a venda as forças produtivas pelas quais o capital se interesse em primeira linha [...]. Daí a necessidade vital do capital em suas relações com países coloniais de apropriar-se dos mais importantes meios de produção. [...] Violência é a única solução que se apresenta ao capital; a acumulação de capital, vista como processo histórico, emprega a violência como uma arma permanente, não apenas em sua gênese, mas até os dias de hoje (LUXEMBURGO, 1988, p. 254).



Ao corroborar com o referido ponto que salientamos, Rosa Luxemburgo afirma que a contínua acumulação primitiva tem suas raízes “nas ruínas da barbárie imperialista”, na qual o emprego da violência é arma permanente. Desta forma, podemos arrematar a concepção de que a acumulação primitiva (e sua face predatória e fraudulenta) ocorre pela generalização da violência no desenvolvimento das relações capitalistas de produção, na realização da produção do valor através da concentração dos meios de produção e do roubo da força de trabalho.

Como veremos, a barbárie da Amazônia é a materialidade dolorosa e silenciada da acumulação primitiva ao longo da sua transformação em mercadoria pela liquidação do campesinato e dos povos indígenas mediante o saque de suas terras. Essa conversão violenta envolve a criação de uma “história universal” e particular da produção do espaço através da metanarrativa marxiana da luta de classes travada pelas condições de vida e de luta social no campo recriadas a partir dos processos concomitantes de mercantilização da terra

METODOLOGIA

O fio condutor no artigo em tela, é a interpretação teórica fundada na categoria da totalidade, núcleo do materialismo histórico-dialético que possibilita a análise da realidade em sua essência, sem fragmentá-la.

A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade (...). Realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade e são compreendidos como fatos de um todo dialético. Isto é, são entendidos como partes estruturais do todo (KOSÍK, 1995, p. 44).

Nesta perspectiva, o espaço é uma parte deste todo; um produto histórico, uma projeção da sociedade através das relações de produção emanadas de contradições desiguais e combinadas. Como bem postula Lefebvre (1991), a essência do espaço está na totalidade social emanada de contradições.



A metodologia desenvolveu-se através das seguintes ferramentas de investigação: levantamentos bibliográficos, participação em reuniões de entidades de representação da luta pela terra, e entrevista semiestruturada.

A coluna dorsal do procedimento metodológico, desse artigo, foi a realização de uma entrevista durante o XIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), em 2019, na Universidade de São Paulo, com a liderança indígena Awapu Uru-Eu-Wau-Wau, que elevou sua voz ao denunciar as agressões, a violência e a grilagem em suas terras: um panorama dolorido da barbárie que envolve a acumulação primitiva do capital na Amazônia brasileira.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A primeira pergunta foi a seguinte: foi realizada uma operação interinstitucional entre Funai, Ibama, Polícia Militar Ambiental, Exército Brasileiro e ICMBio, sendo constatada a invasão de suas terras, como está ocorrendo esse processo violento em que grileiros buscavam lotear e roubar as madeiras e ocupar ilegalmente seu território?

Awapu - Liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau – “Essa operação acontece de mês em mês. Na última vez, pegaram o grileiro dentro da reserva, né? Foi a própria polícia que pegou. Tem... até... uma sede de uma associação que tava... eles tava construindo dentro da nossa terra... uma associação de pecuaristas, de ruralista dentro da reserva nossa. Tava o nome lá, com CNPJ e tudo lá... uns tempo atrás, o pessoal de ICMBio foi lá e destruiu tudo, mas continua existindo ainda... [Eles dizem] que a terra é deles, que não tem nada indígena e, segundo eles, não tem placa. “Nóis” não existe! “Nóis” não existe! Os grileiro, primeiro roça a mata, derrubam tudinho, vendem a madeira derrubada, depois passa uns noventa dias mais ou menos, eles vai lá e taca fogo. Aí depois de queimado, espera a chuva vir e joga a semente de capim lá pra brotar. Depois de um ano, eles vai lá e cerca todinha, e joga boi lá dentro. Bem depois, daqui há alguns anos, eles venderem a terra a colonos que plantam soja”.

Sobre esse projeto de expansão da fronteira do capital na Amazônia brasileira, segundo Picoli (2006), na primeira fase, o madeireiro faz a extração da madeira com o objetivo de obter lucro com a sua venda; na segunda fase, ocorre ocupação pela pata do boi mediante a fixação da atividade da pecuária; e, na terceira fase, ocorre a



concretização da expansão do projeto capitalista de (re)produção espacial por meio da plantação em larga escala de monocultura.

Sendo assim, o desmatamento, a transformação da floresta em pastagem e a produção de *commodities* representam fases distintas, porém combinadas da acumulação primitiva do capital, em que o espaço é subjugado em condição-meio-produto da acumulação primitiva e com sua função embrionária e estrutural de abrir portas para a transformação de tudo em mercadoria, em fase subsequente.

Diante disso, em Rondônia, na TI Uru-Eu-Wau-Wau, a tríade madeira-carne-soja representa um processo no qual o espaço natural é convertido em um permanente processo de valorização: um momento histórico da sociedade do capital em que o espaço se propõe enquanto troca pela produção do valor, destituído de seu valor de uso.

Devemos ressaltar que a busca pela exploração, tanto legal como ilegal da madeira brasileira, deve aumentar nos próximos anos. É notório que grande parte do estoque de madeira tropical em outros países já está em processo de esgotamento, e a Amazônia representa o maior quantitativo de floresta tropical do mundo, o que significa uma reserva de extracaro de madeira a ser delapidada pela estrutura capitalista do setor madeireiro (RIBEIRO, 2020).

O aproveitamento da riqueza que a terra produz, através das indústrias de transformação de madeira, é uma forma de obter benefício econômico da natureza. Sendo assim, poderia falar um pouco mais sobre esse processo de grilagem de madeira em sua terra indígena?

Awapu - Liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau – “A venda da madeira de nossa terra indígena demarcada e homologada é ilegal. Os grileiros são de Rondônia, ali por perto, dos municípios, né? Porque nossa terra pega 12 municípios. Aí eles são dos municípios ali mesmo. Eles roça a mata todinha primeiro, aí tem essas árvores que eles pegam pra vender, tipo garapeira, castanha, ipê, outras madeira. Eles pega e vende essa madeira ilegalmente. A gente tá querendo apoio da polícia, dos órgãos mais competentes pra tentar amenizar esse tipo de violência que tá acontecendo na terra nossa, principalmente desmatamento, porque “nóis” precisa dessa floresta em pé e “nóis” se alimenta da floresta, né? Tipo, caça e pesca, coleta castanha, esse tipo de coisa aí, principalmente a nascente do rio que “nasce toda dentro da reserva, da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau”.

A acumulação primitiva na Amazônia não ocorre somente pela grilagem de terras, ocorrendo, também, pela grilagem de madeira, principalmente em áreas



protegidas, como as terras indígenas. Essa investida capitalista tem à sua disposição vastas áreas de terras e de recursos naturais a fim de efetuar a acumulação com a produção e o comércio dos derivados da madeira em escala mundial.

O novo projeto expansionista foi fruto do modelo global capitalista, mas se utilizou da fronteira geográfica da Amazônia como fonte de recursos naturais através do modelo extrativista, bem como na agropecuária e na industrialização de uma forma geral. Os projetos econômicos do setor da indústria madeireira nasceram com a finalidade de explorar a região pela grande quantidade de recursos florestais existentes introduzindo formas de produção através da coleta seletiva das árvores nativas. Esse fato fica evidente pelas práticas de exploração das áreas florestais nativas, que vão da retirada das árvores até a queima da vegetação, quando abrem caminho para agropecuária extensiva, por meio da segunda fase do projeto Amazônico. O grande projeto para a região não foi traçado para madeiras. Elas contemplam uma primeira fase da investida capitalista regional, que acontece através do aproveitamento econômico das árvores, para em seguida realizarem a entrada das monoculturas e da pecuária, para servirem ao mercado mundial e sua lógica (PICOLI, 2006, p. 137).

Questionamos o representate dos Uru-Eu-Wau-Wau: tendo como fonte alguns relatos e investigações da CPT-RO, ocorre participação de políticos no contexto das invasões ao seu território. Como é a participação, dessa bancada ruralista, muito atuante em Rondônia?

Awapu - Liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau – “Essa bancada ruralista é uma quadrilha muito organizada hoje. É uma quadrilha que faz esse tipo de coisa. Eles tão bem organizado porque, como eu tava dizendo, muitos dos grileiros e madeireiros estão juntos com políticos, que até ajudam no mando das invasões. É isso que acontece lá nessa região! Segundo o invasor que nós conseguimos pegar ele na filmagem, ele fala que... que veio a carta de Jarú, que é município onde “nóis” mora. Veio a carta de Jarú de um deputado [dizendo] que aquela terra lá eles podia entrar, que ia ser legalizada, que “nóis” não tinha direito mais, segundo a palavra dele. Eles tá muito, esse ruralista, eles tão muito acreditando nesse novo governo que tá aí na frente, né? Como eu tava dizendo no começo, [eles falam] que “nóis” vai perder essa terra, que “não temos o direito”. “Nóis” sofre muita pressão deles porque quando eles vai, eles não vai né 3, 10 pessoas. É muita gente! Uns 40 pra frente, e tudo armado, e alguns vai só pra fazer maldade contra índio. Aí como a gente não quer confusão, quer paz, quer nosso direito, o que é nosso, não tomando de ninguém, eu acho que é desse. Tem vários deputados aí que estão incentivando... tem uns cinco, três que tá envolvido com esse tipo de coisa, incentivando... que entra pra dentro da terra, que eles vão conseguir regularizar pra essas pessoas,



que vai dar o documento e eles possam entrar e trabalhar. Porque acho que eles tão usando mais é pra ganhar voto. Ele tá fazendo esse tipo de coisa aí pra ganhar voto”.

A liderança Uru-Eu-Wau-Wau denuncia e desnuda a aliança voto-grilagem. Ele considera que, ao dar voz à ação de uma quadrilha com participação de políticos nas invasões a terras indígenas, há uma relação muito promíscua entre a bancada e esses invasores. O relato acima expõe a relação intrínseca entre latifundiários, o poder político e o papel das organizações de representação dos interesses da classe dos proprietários de terra, como a União Democrática Ruralista (UDR), cujo contorno é a bancada ruralista presente no Congresso Nacional.

Nesse contexto da materialidade no campo das ações da bancada ruralista, especialmente no tocante à aprovação da Lei no 13.465/2017³, que não se restringe somente a uma agenda territorial de planejamento, como também de ação de reconcentração de terras, a liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau relatou que: depois do golpe parlamentar de 2016, aumentaram as invasões em seu território, assim como o desmonte do aparato e da proteção ao indígena, realizado pela Funai.

Awapu - Liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau – “Não só grileiro que aumentou de 2016 pra cá, mas é grileiro e invasores aumentou muito e... principalmente... desmatamento na terra indígenas Uru-Eu-Wau-Wau. E tá sendo muito difícil pra “nóis” lá porque essas pessoas que estão indo lá pra grilar terra, eles estão praticamente tudo armado. Antes tinha, mas depois de 2016, do processo que tiraram do governo a Dilma, com o governo do Temer, e agora com esse novo governo que se elegeu agora, no início desse ano de 2019, aumentou muito a derrubada, o desmatamento e fogo. Esse governo que está aí, com essas promessas, fala da terra indígena que... que ia diminuir a terra indígena. Aí é onde aumentou mais ainda não só desmatamento, mais o negócio de arma, aumentou muito. São os colonos que, em sua maioria, planta soja ali em volta da reserva, que estão querendo, pela lei, aumenta suas terras, invadindo a terra indígenas Uru-Eu-Wau-Wau. Eles têm muita arma! Agora me diz

³ BRASIL. **Lei no 13.465**, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União... Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm



porque que eles possuem essas armas? Com intenção de quê? É essa pergunta. Eles querem nossas terras a qualquer custo, nem que seja matando índio. Desde o golpe, o governo passou a corta muito recurso da FUNAI. Não tem carro, não tem recurso, não tem gente da FUNAI pra trabalhar. Na verdade, a FUNAI já “num” ajuda tanto quanto como era, né? Aí ele cortou muita coisa da FUNAI, aí piorou mais pra nós”.

Esse processo de invasão de terras de sociedades não capitalistas é um traço inerente da barbárie da civilização do capital, gestada no interior da acumulação primitiva e seu “pecado original” fraudulento e predatório. As invasões na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, com o objetivo de roubar madeira e terra para depois converter em território do capital (totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo de *commodities*), têm como reação ao conflito, a violência na forma de ameaça (RIBEIRO, 2020).

Awapu - Liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau – “Houve ameaça com os parentes lá... eu fui ameaçado já, pelos madeireiros porque o novo governo já disse que não vai dar nenhum centímetro de terra pra “nóis” e que praticamente estávamos sem apoio e que iríamos ficar sem terra, segundo ele. [Estavam] falando que não ia sair daquele local ali, que tinha 50 pessoas naquele momento ali e, no dia seguinte, ia chegar mais 200, 300 pessoas. Eu fui ameaçado porque fiz denúncia lá no Ministério Público, lá em Rondônia. Aí a Polícia Federal começou a rodar e procurar essas pessoas. Aí eles acharam ruim comigo, que eu fiz a denúncia. Eles falaram que ia achar o tempo certo pra pegar eu. Os madeireiros falaram que iam matar minha família, que ela, assim como eu, estamos jurados de morte. Eles também ameaçaram as crianças, no mesmo dia que houve a invasão. Eles atiraram na placa que o governo demarca como terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau (figura 1). Os madeireiros, ao atirarem na placa, já é um recado pra gente. Essa placa fica na única estrada... quem sai e quem entra, passa ali as criança que estuda lá fora e... é uma forma de nos ameaçar, chamando pra briga. Eles atiraram na placa como uma forma de recado que eles vão invadir nossa terra, que é protegida pela lei como terra indígena. Eles querem nossa terra nem que seja matando índio”.

Figura 1 - Violência na forma de ameaça: placa de demarcação de regularização da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau – RO crivada por arma de fogo.



Fotografia: Awapu Uru-Eu-Wau-Wau.
Fonte : Ribeiro (2020)

Outra questão apresentada para a liderança foi: como você se sente tendo que voltar para a terra Uru-Eu-Wau-Wau nesse contexto total de insegurança que abrange desde a invasão de seu território, grilagem de madeira até a violência na forma de ameaça?

Awapu - Liderança indígena Uru-Eu-Wau-Wau – “Esse tempos atrás eu tava em Porto Velho, vim fazer denúncia sobre invasão de terra. Segundo meu pai, ele falou que chegou uma moto perto da aldeia lá e ficou parado, à noite. A gente se preocupa muito, né, com o que se pode acontecer... porque aonde eu moro mesmo, eles falou que qualquer momento eles podia entrar lá e tacar fogo em todo mundo. Tem aldeia que as casas deles são coberta de palha, e ela pega fogo rapidinho. Inclusive na minha aldeia mesmo já falaram que ia tentar queimar todo mundo lá, vivo lá”.

A barbárie como produção social presente na modernidade, inseparável das necessidades de acumulação do capital, revela-se na Amazônia Legal, no território indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em toda sua terrível potência pela “infâmia” de ameaças de assassinatos, cuja execução pretendida é atear fogo naqueles que lutam pelo seu território de vida(RIBEIRO, 2020). Devemos recordar que, na madrugada do dia 21 de



abril de 1997, cinco jovens burgueses atearam fogo no indígena Galdino Jesus dos Santos, cacique do povo pataxó-hã-hã-hãe, que dormia no banco a espera de um ônibus.

Depois de duas décadas desse crime bárbaro, os cinco responsáveis pela morte de Galdino Jesus dos Santos foram aprovados em concursos e quatro trabalham em órgãos da administração pública, levando uma vida normal, como se o homicídio do indígena fosse uma memória distante. O tempo passa e o passado da barbárie pela infâmia de “atear fogo em índio” se faz presente na TI Uru-Eu-Wau-Wau como marca da violência que degrada o humano como forma de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, concordamos: uma faísca não tardará em explodir esse barril de pólvora. Desta forma, a situação da TI Uru-Eu-Wau-Wau reflete os tempos obscuros da luta do campesinato e dos indígenas pela terra-trabalho, sendo esta luta acuada pelos latifundiários, em sua maioria grileiros, que, por meio do arripio da violência armada, disputam a(s) riqueza(s) diversa(s) e adversa(s) da (na) terra.

A invasão como mecanismo de roubo da terra e de recursos minerais configura-se no rastro da expansão e da consolidação da acumulação primitiva no território da Amazônia Legal, ao longo da transformação da terra em mercadoria pela liquidação do campesinato, das comunidades tradicionais, dos povos quilombolas e dos povos indígenas.

Grilagem, violência e barbárie sempre foram, no Brasil, processos através dos quais se abrem as portas para transformar tudo em mercadoria. Na Amazônia Legal, esse processo ganha maior amplitude pela “disponibilidade” de terras públicas e (ou) devolutas a ser concentrada, mesmo que pela força, para produzir o capital na “periferia” do mundo. Comprovadamente, a Amazônia, pelo imaginário da “fronteira” pela *Via Crucis* da acumulação primitiva, não foi feita para os despossuídos.

A terra indígena (TI) da etnia Uru- Eu-Wau-Wau está sendo invadida, desmatada e loteada por grileiros e madeireiros. Desta forma a acumulação primitiva em curso na Amazônia é estrutural e não apenas genérica, busca a transformação de tudo em mercadoria, através da capacidade produtiva do capital e sua dinâmica do mais-valor.



Se nenhuma atitude efetivamente for adotada, os indígenas da etnia Uru-Eu-Wau-Wau, na Amazônia rondoniense, serão expulsos pela bala! Expropriados da terra pelas ameaças de morte! Serão assassinados ao lutar pela terra trabalho. Não é um *Déjà vu*, nem visão profética do futuro. Não! Isso é a realidade dolorosa da Amazônia. Passamos a nos habituar ao morticínio do campo brasileiro. O pior é que passamos a nos habituar ao desumano, aprendemos a tolerar o intolerável⁴

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

BENJAMIN, Walter.. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000. 271 p. (Obras Escolhidas; 3).

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo, SP: Contexto, 2011. 157 p.

HOBSBAWM, Eric. . **Barbárie: Manual do usuário**. In E. Hobsbawm. Sobre História (p. 268-280). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORKHEIMER, MAX.. **Eclípe da razão**. São Paulo: Centauro, 2000. 187

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 248 p.

LECIONE Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea, **Confins** [Online], 14 | 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/7424> Acesso em 20 de novembro de 2019

LEFEBVRE, Henri. **Logica formal logica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 301 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LÖWY, M. **A Barbárie e Modernidade no Século 20**. Publicado no Brasil pelo Jornal Em Tempo (emtempo@ax.apc.org) e originalmente em francês, na Revista Critique Communiste, n. 157, hiver 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Limitada, 1945. 299 p.

⁴ Ver (Hobsbawm,1998).



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
TEMPO DIGITAL

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro - O Processo de produção do Capital. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, Civilização Brasileira, 1975.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Alyson, F. A. **Geografia agrária e modernidade na Amazônia brasileira : "terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam"**. 2020. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020

SADER, Emir. **Contraversões: civilização ou barbárie na virada do século**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.